

O tunel sem luz

A administração da dívida externa do Terceiro mundo, qualquer coisa parecida, em março, com US\$ 830 bilhões, vai depender menos da capacidade de privação do devedor e mais da oportunidade de renúncia do credor.

Se o outro lado da moeda, o dos bancos, insistir em tirar de cada dólar emprestado uma dezena ou mais de dólares, via taxa de juros, fazendo do empobrecimento do pobre o melhor negócio do mundo (para a intermediação financeira), o sistema que não o pode afundar naufraga ainda este ano, feito um "Titanic" da insensatez universal.

O sistema bancário é a primeira classe do "Titanic" e não quer arrear pé do salão de festas. O mar está calmo e a noite é azul.

"Pecunia parit pecuniam", cantaram os credores do mundo.

Mário Henrique Simonsen prefere colocar a questão — a grande questão política dos nossos dias — em termos de "reciclagem cooperativa" da dívida externa: os credores devem congelar as taxas de juros e os devedores devem aumentar suas exportações.

Quem vai colocar essas duas sinetas no pescoço do tigre voraz?

Os banqueiros, acossados pelos acionistas, não abrem mão dos juros de mercado, fortemente inflacionados pelo retumbante "déficit" do governo americano — cratera lunar de US\$ 220 bilhões por ano, financiada por uma emissão, intermitente de títulos que deve acumular, em maio, uma dívida pública de US\$ 1,5 trilhão...

Os países endividados não têm poder de decisão sobre suas exportações: a decisão é de quem compra e não de quem vende.

O sistema de câmbio e de crédito montado em 1944 morreu nos anos 60 e ainda não foi avisado nos anos 80. Somos todos governados por esse cadáver insepulto. Para a "aristocracia financeira" do mundo, aluguel do dinheiro transformado em fim em si mesmo, vale a sentença de Paul Jacobs, em "America's Schizophrenic view of the poor":

"As soluções resolvem todos os problemas, mas os problemas rendem bem mais que as soluções".

A renegociação da dívida externa em bases políticas (por sobre a falência do contrato em bases técnicas ou físicas) é apontada por meio mundo como a única saída realmente viável, antes do calote sem fronteira.

Mário Henrique Simonsen destaca essa possibilidade:

"Gostaria de acreditar nisso.

Mas não vejo como realizar a façanha. Se o Brasil, isoladamente, quiser tratar de sua dívida diretamente com o presidente Reagan ou com Margareth Thatcher, ouvirá do parceiro que a nossa minguada dívida junto aos governos já foi reescalada nos prazos e amaciada nos juros, via clube de Paris. Mas o grosso da dívida, junto aos bancos privados, terá de ser renegociado diretamente com os banqueiros, que desfrutaram de um grau de autonomia jurídica digno de uma economia liberal de mercado. A intervenção do Governo, nesse domínio, exigiria, antes, uma reforma constitucional, coisa que nas melhores democracias acontece apenas uma vez em cada século. E no caso americano, isso já foi feito nos anos 30".

Para Simonsen, o que é preciso renegociar, em termos necessariamente políticos, é a ordem econômica internacional:

"O contrato vigente entre os povos é uma letra morta nos campos do econômico, do financeiro, do comercial, do tecnológico, do jurídico. O mundo precisa não de uma nova ordem, mas de uma ordem que nunca teve. Essa construção lembra, sim, a das torres da catedral: o interesse maior está na protelação da obra, pois os que se prevalecem da desordem reinante não têm vocação para o suicídio. Para os Estados Unidos, por exemplo, a "Reagonomic" foi um sucesso, com a inflação agora enjaulada e com a economia em recuperação plena. Para o mundo inteiro, a alegria do Tio Sam virou um flagelo, com a explosão dos juros reais e com a valorização irreal do dólar. O mundo está financiando, sem recibo, o exorbitante "déficit" interno dos americanos, via juro variável e câmbio flexível. Um financiamento a fundo perdido, em troca de coisa nenhuma".

Ou em troca da intromissão política, mais política do que técnica, de patrulhas contábeis do FMI — o que morreu e não foi enterrado.

Na esteira da espoliação física do crédito e do câmbio, vulgo colonialismo financeiro, os endividados e implodidos ainda se obrigam a exercícios de recessão purgativa que lembram a expiação de todos nós, pecadores, nas barras do purgatório.

Enfeitados pelo complexo de midas, os credores praticam juros de até 16% ao ano para uma inflação ianque abaixo de 4%.

Essa proporção de 4 unidades

de juro para cada unidade de desvalorização da moeda (ou do capital emprestado) não tinha registro nos anais do capitalismo universal. Deve ser, esta, a maior taxa de juros reais do planeta sem juízo, maior do que a dos juros reais "made in Brazil". Para igualar essa relação "Made in USA", o crédito interno, na média do sistema, teria de praticar juros de 880% ao ano.

Bem que estamos tentando.

Antes, pois, de puxar as orelhas dos devedores, o FMI deveria politizar os planos e cobrar as intenções dos credores.

Sem a extinção da pirataria bancária, nenhuma economia endividada em dólar conseguirá voltar a tona — todos os programas de saneamento ou de ajustamento, ainda que tecnicamente consistentes, não sairão do papel, ficarão engessados na penúltima edição da carta de intenção.

Pode um atropelado, ainda em coma, recuperar-se fisicamente, com o médico de cabeceira pisando de sapato branco (marca FMI) nos tubos do plasma do soro, do sangue e do oxigênio?

Pode um Brasil trabalhar pela metade quando passa a dever em dobro? Pois nos últimos três anos, estamos remetendo juros de US\$ 30 bilhões e deixando de produzir, internamente, US\$ 47 bilhões.

Simonsen coloca o Brasil na situação do estudante que não estuda, mas que, pressionado pela mãe patrulheira, decora e preenche o manual da prova — não aprende, mas passa de ano. O FMI deu de aceitar testes decorados ou questionários "colados", fazendo da carta de intenção, por definição, um simples protocolo cartorial.

Tanto assim, diz textualmente Simonsen, "que o FMI anda engolindo programas nacionais não palatáveis, não consistentes, não exequíveis".

Menos mal. Já imaginaram um FMI levando a coisa a sério, forçando o endividado enjaulado a uma imperturbável adivinhação do que não pode (nem deve) ser adivinhado?

A tal carta de intenção é compromisso com metas e não com meios. Como decretar a taxa de inflação desejável, em data marcada, se a danada mal passa de simples efeito de tensões interiores e de pressões anteriores da sociedade em pane?